

EVASÃO ESCOLAR NA REGIÃO DE CACHEU - GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO VOLTADO À SECÇÃO DE CÓ (2006-2012)¹

Justina Pedro dos Santos²

RESUMO

Este artigo aborda as causas da evasão escolar na Região Rural de Cacheu, Guiné-Bissau. Tem como objetivo geral: Investigar os fatores que contribuíram para a evasão escolar na Secção de Có, região de Cacheu, no período de 2006 a 2012. Como objetivos específicos propõe: a) Compreender aspectos da educação em Guiné-Bissau; b) Refletir sobre a gestão política e a evasão escolar em Guiné-Bissau; c) Verificar os fatores da evasão escolar na região de Cacheu - secção de Có. A metodologia de natureza qualitativa exploratória, está alicerçada em uma revisão bibliográfica, tendo como técnica de coleta de dados dois questionários aplicados a um gestor, um professor e duas estudantes que atuaram na escola - Seção Có no referido período. O estudo reflete sobre fatores socioculturais, econômicos e familiares que influenciaram a evasão escolar e nos desafios para enfrentá-la. Conclui que é necessário criar estratégias e políticas públicas que possam dirimir o problema, garantindo de fato o direito a educação e a permanência de estudantes na escola.

Palavras-chave: educação rural - Có (Cacheu, Guiné-Bissau); evasão escolar - Có (Cacheu, Guiné-Bissau).

ABSTRACT

This article addresses the causes of school dropout in the rural region of Cacheu, Guinea-Bissau. Its general objective is to investigate the factors that contributed to school dropout in the Có section of the Cacheu region between 2006 and 2012. Its specific objectives are: a) To understand aspects of education in Guinea-Bissau; b) To reflect on political management and school dropout in Guinea-Bissau; c) To verify the factors of school dropout in the Cacheu region – Có section. The exploratory qualitative methodology is based on a literature review, using two questionnaires administered to a school administrator, a teacher, and two students who worked at the school – Có section – during the aforementioned period. The study reflects on sociocultural, economic, and family factors that influenced school dropout and the challenges in addressing it. It concludes that it is necessary to create strategies and public policies that can resolve the problem, effectively guaranteeing the right to education and the retention of students in school.

Keywords: rural education - Có (Cacheu, Guinea-Bissau); school dropout - Có (Cacheu, Guinea-Bissau).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campos dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Carla Verônica Albuquerque Almeida.

² Graduanda em Pedagogia pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, tem como tema a evasão escolar no meio rural da Guiné-Bissau. A experiência vivenciada por mim, especificamente em Cacheu - secção de Có - uma pequena comunidade dividida administrativamente, região em que cursei o ensino básico, em uma escola pública constitui-se como motivação e interesse em desenvolver este estudo, cujo recorte temporal compreende o período entre 2006 e 2012. Além da infraestrutura bastante precária, a escola não era prioridade para a maioria das famílias que viviam na aldeia, uma vez que a necessidade de sustento familiar obrigava estudantes, especialmente as mulheres, a trabalharem no campo. Com isto, os estudos ficavam para ‘segundo plano’, e em decorrência, as/os estudantes, especialmente as mulheres, acabavam abandonando a escola.

Esta realidade ainda é verificada em várias regiões do país. O que se constitui como um problema que preocupa diferentes profissionais envolvidos com a educação, bem como as famílias das/dos estudantes, pois a evasão escolar, muitas vezes leva à reprovação e como consequência ao fracasso escolar.

Como mulher negra e africana, é importante registrar que esta situação muito me inquietava e ainda me incomoda, diante de uma sociedade machista, onde os direitos das mulheres são completamente ignorados por conta de uma educação tradicional guineense. Em particular nessa região, onde são conservadas as tradições culturais que coloca a mulher em uma posição desprestigiada e subserviente, desde a fase da infância, por considerarem que os afazeres domésticos eram mais importantes e de sua responsabilidade, como forma de preparação para a vida futura. Isso de alguma forma acaba colocando barreiras para as mulheres, principalmente as meninas adolescentes que ainda estão a estudar.

A escola em que eu estudava na comunidade, só ofertava o ensino até a 6ª classe, e desta forma, ao concluir esta etapa em 2012, fui para a capital - Bissau para dar continuidade aos estudos, embora os meus parentes tenham permanecido na comunidade. Razão pela qual eu retornava constantemente para visita-los, e ajudar a minha avó no trabalho de plantação e colheita de alimentos no campo, para o sustento familiar. Nestes momentos, encontrava com colegas que ainda estudavam no local, em uma nova escola, criada em 2019, denominada Joaquim Mantam Biague, a qual já ofertava o Ensino Básico completo (1º ao 9º ano), inclusive com o ensino noturno, por conta do aumento da demanda de estudantes e a necessidade de escolarizar a população. Entretanto, foi possível perceber que muitas delas desistiram de estudar; o que muito me inquietou e entristeceu.

Na Guiné-Bissau, a maioria das famílias são de classe baixa, tendo um de seus membros como responsável pelo sustento de todos, na busca de garantir alimentação. Geralmente cabe as mulheres, a venda de legumes ou outros produtos para assegurar a sobrevivência familiar. Assim, diante das dificuldades financeiras, elas deixam a escola para trás e vão em busca de um trabalho informal no comércio, predominando o mercado, para ajudarem a manter a família.

A questão do gênero é um dos elementos marcantes para pensar a educação e a evasão escolar nas regiões do País, especialmente por conta dos fatores culturais, ainda muito presentes na vida e organização da educação nas comunidades. É comum uma menina parar de frequentar a escola quando atinge certa idade, porque tem culturas que ainda restringem o papel da mulher a cuidar da casa, dos filhos e do marido. Isto a torna responsável por pequenas atividades domésticas ligadas ao cuidado. Os meninos têm vantagem de serem inseridos na escola, em detrimento das meninas, devido o sentido do patriarcado, em que o homem tem o poder de decisão, mais privilégio de acessar espaços públicos e de conhecimento. “A disparidade entre os gêneros no que diz respeito acesso à escola nas regiões as raparigas têm duas vezes menos oportunidades de concluir o ensino básico que os homens, para eles tem mais oportunidades no exercício do direito à educação, tanto nas zonas rurais, como nas urbanas” (Silva; Lopes, 2014, p. 19).

Cabe pontuar que o Estado Guineense e o governo local pouco contribuem para a redução da taxa elevada de evasão escolar, pois praticamente não existem políticas voltadas para combatê-la. Os pais e encarregados da educação optam por mandar suas/seus filhas/os ao campo para trabalhar, em vez de mandá-las/os para escola, pois valorizam mais o trabalho agrícola, tendo em conta que é um dos principais meios de sustento familiar.

Diante destas reflexões iniciais, a questão investigativa que norteia este estudo é: Quais os fatores que contribuíram para a evasão escolar na secção de Cói no período entre 2006 a 2012? Como Objetivo Geral nos propomos a Investigar os fatores que contribuíram para a evasão escolar na Secção de Cói, região de Cacheu, no período de 2006 a 2012. Como objetivos específicos, elencamos: a) Conhecer aspectos da educação em Guiné-Bissau; b) Refletir sobre a gestão política e a evasão escolar em Guiné-Bissau; c) Verificar os fatores da evasão escolar na região de Cacheu - secção de Cói.

A abordagem qualitativa exploratória foi escolhida pois, segundo Gil (2017, p. 27), “[...] tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis, com o objetivo de pronunciar uma visão geral acerca de determinado fato”. Considerando que um

trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, utilizamos como suporte “[...] referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites” (Gil, 2017, p. 32), com o propósito embasar as discussões propostas neste estudo. Como técnica de coleta de dados, utilizamos um questionário com questões abertas, aplicado com quatro colaboradores, que possibilitou apreender “[...] o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc” (Gil, 2017, p. 128), na Região de Cacheu, especificamente na Comunidade Secção de Có situada em Guiné Bissau. Após a recolha das respostas, analisamos os dados a partir de duas unidades de análise: percepções do Gestor e do Professor e Percepção das estudantes.

A escrita está organizada em seções, sendo a primeira esta introdução na qual apresentamos o panorama geral da pesquisa, suas motivações, objetivos e a síntese metodológica. Na segunda seção refletimos sobre algumas considerações sobre evasão escolar, a partir de uma revisão bibliográfica embasada em autores(as) e pesquisadores(as). Na seção três discutimos acerca da educação e gestão política para evasão escolar em Guiné Bissau, apresentando um breve panorama desde o contexto colonial e desafios da educação no país e contextualizamos o cenário da zona rural de Có. Na Quarta seção apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, identificamos o perfil dos participantes, analisamos e discutimos os dados a partir das percepções dos/as participantes do estudo e nas Considerações Finais, trazemos as conclusões apreendidas, considerando as discursões realizadas ao longo da pesquisa.

Acreditamos que as reflexões deste estudo poderão contribuir não somente para a compreensão sobre a evasão escolar, especialmente na zona rural de Cacheu, a exemplo da Secção de Có, como também ampliar o debate sobre as políticas públicas voltadas para a solução do problema, com vistas a assegurar efetivamente a escolarização e a permanência de crianças, jovens e adultos nas escolas das zonas rurais de Guiné-Bissau.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE EVASÃO ESCOLAR

A educação é um direito constitucional garantido indistintamente, a todos/as os/as cidadãos e cidadãs. Assegurar este direito demanda um esforço de todas as esferas do poder, seja federal, estadual ou municipal e da própria escola, a fim de garantir a escolarização e a formação de diferentes sujeitos. Para Saviani (2013, p. 51), a função social das instituições educacionais é “[...] trabalhar as relações homem-meio para criar as condições ótimas de desenvolvimento das novas gerações [...]. O sentido da Educação, a sua finalidade, é o próprio

homem, quer dizer, a sua promoção”. Neste sentido, a escola precisa favorecer atividades que permitam a formação de um sujeito autônomo, porém nem sempre esta formação acontece ao longo do percurso de escolarização, uma vez que este processo pode ser interrompido por várias questões, dentre elas a evasão escolar.

A evasão escolar tem sido uma problemática que vem preocupando estudiosos/as no campo da educação, e as escolas especialmente, no que se refere aos impactos no processo de ensino aprendizagem dos/das estudantes e a sua formação escolar. Inicialmente é importante esclarecermos a diferença entre abandono e evasão escolar. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP / 2008), “abandono” significa a situação em que o/a estudante se desliga da escola, antes do término do ano letivo, mas retorna no ano seguinte, podendo se matricular. Já a “evasão”, o/a estudante matriculado/a sai da escola sem concluir os estudos, e não mais retorna para o sistema escolar.

Em um estudo sobre a ‘Evasão escolar no Instituto Federal Sul-rio-grandense’, Johann (2012, p. 65) afirma que a evasão “[...] é um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, rompendo com o vínculo jurídico estabelecido, não renovando o compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino”. Para a autora, trata-se de abandono, sem intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula, o vínculo existente entre o/a estudante e a escola é rompido. Ristoff (2009) reconhece que a evasão escolar é um processo complexo e multifacetado que envolve a relação entre o/a estudante e a escola, a qualidade do ensino, as condições socioeconômicas e culturais dos/das estudantes e suas famílias, entre outros fatores.

Na concepção de Ramos (2016), a evasão escolar é considerada como desistência do/da estudante de frequentar a escola, cuja ausência da sala de aula decorre de fatores inerentes a própria vontade, dentre eles: falta de vagas, distância da escola, situação socioeconômico da família, vulnerabilidade das famílias, gravidez precoce. Já para Ceratti (2008), o termo evasão escolar está ligado ao fracasso escolar, pois segundo a autora, a evasão escolar pode ser resultante do mau desempenho escolar dos/das estudantes, e desta forma, associado ao mau funcionamento das instituições escolares.

Borja e Martins (2014, p. 97), ao pesquisarem sobre ‘Evasão escolar: desigualdade e exclusão social’, sinalizam que “[...] a falta de empenho e de uma prática pedagógica inclusiva e multicultural de alguns docentes”, contribui para a evasão de estudantes na escola. E nesse sentido, acreditam que cabe as professoras e aos professores transformarem a sala de aula em um local atraente e com discussões motivadoras e atuais, possibilitando as/os estudantes progredirem de forma autônoma e a assimilarem melhor os conhecimentos.

Acrescentam ainda que para melhorar essa situação e prevenir a evasão escolar, é necessário que as políticas educativas e as organizações escolares enfrentem a desigualdade cultural, reformulem a Educação de Base, promovam oportunidades de empregos; enfrentem a causa financeira, invistam na educação sem desigualdades, enfrentem o corporativismo e a descontinuidade dos programas educacionais e incentivem os professores a frequentarem cursos de formação contínua, de forma a diminuir os altos índices de evasão.

Paulo Freire contribui para a compreensão sobre a evasão escolar ao destacar a importância da ação cultural para a liberdade e nesse sentido afirma que “[...] a educação transformadora busca formar pessoas para que possam se emancipar e se tornar mais independentes, críticas, inovadoras, para que tenham competências para resolver os problemas emergentes e saibam lidar com os desafios e exigências da sociedade e do mundo contemporâneo” (Freire, 2019, p. 37). Para ele, a educação deve ser um processo libertador, capaz de despertar o interesse e a participação ativa dos/das estudantes. A evasão escolar pode ser vista como um sintoma da falta desse elemento libertador no ambiente educacional.

Entendemos que são vários os fatores que contribuem para a evasão escolar, apontados pelos estudos, os quais perpassam por questões socioeconômicas, institucionais, socioculturais e pedagógicas, dentre outras. Sendo um dos problemas que aflige o sistema educativo, traz perdas e consequências para o/a estudante e até mesmo para sociedade, uma vez que o/a estudante pode desencadear problemas psicológicos e emocionais, por não conseguir seguir sua carreira estudantil ou até mesmo realizar um dos seus sonhos, que é o direito a escolarização. O que acaba interferindo na sua participação nos debates escolares, e a consciência política de tomada de decisão como agente de mudança enquanto cidadã e cidadão.

3 EDUCAÇÃO E GESTÃO POLÍTICA PARA EVASÃO ESCOLAR EM GUINÉ BISSAU

A Educação Escolar é um fenômeno que muitos países da África enfrentaram e ainda enfrentam desde o período colonial até os dias atuais. No que se refere a Guiné Bissau é importante apresentarmos uma breve contextualização histórica tendo em conta as transformações que ocorreram ao longo dos anos, no âmbito político, social e econômico que alguma forma teve impacto maior no sistema educativo guineense.

A Guiné-Bissau é um dos países da costa ocidental africana que sofreu bastante com as mazelas do período colonial no sistema educativo. Conforme Barroco (2015, p. 2), o país sofreu as consequências de uma dominação colonial por cinco séculos e “[...] tornou-se independente de Portugal em 1973, depois de onze anos de dura luta armada, após a queda do regime fascista salazarista. Entre 1974 e 1991, o país viveu sob uma adaptação do regime marxista-leninista, inspirado e apoiado pela ex-União Soviética”. Para a autora, o processo da dominação, imposto por Portugal, interfere bastante no sistema de ensino guineense.

Diante deste cenário, a sociedade guineense em geral, teve que lidar por muitos anos com dois sistemas de ensino que se opunham: o ensino colonial de domínio português, que sustentou as bases dominadoras, criando divisão dos grupos no meio social. E o ensino do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), ensino das Zonas Libertas (atual território da Guiné-Bissau), cujo foco se centra em conteúdos voltados às questões históricas, culturais, geográficas e principalmente sobre tática de guerra com a finalidade de contrariar a supremacia colonial portuguesa.

Ainda, de acordo com Barroco (2015), o interesse da colônia portuguesa era implementar suas estratégias controladoras através do ensino, além de um sistema educacional seletivo e com poucos recursos financeiros, estrategicamente para conquistar alguns em detrimento de outros que eram dominados. No entanto, mesmo com a independência de Guiné Bissau em 24 de setembro de 1973, reconhecida pelo Governo Português em 1974, os currículos escolares continuaram com a lógica voltada à visão do colonizador.

Semedo (2009), afirma que após o período da independência, houve uma ampliação das escolas em várias regiões do País, com a ideia de ensino obrigatório para todos/as. Contudo, essa massificação de ensino careceu de uma estratégia que proporcionasse a melhor forma de aprendizagem. O primeiro problema enfrentado era em relação à língua portuguesa, imposta e adotada, em detrimento da língua crioula guineense e até mesmo outras mais faladas do que o português, praticadas pelos diferentes grupos sociais guineenses. Outras questões apontadas referem-se ao ambiente para aprendizagem, precariedade das escolas, e a capacitação de professores (as) para lidar com situações vigentes em sala de aula. O que na sua visão, são fatores que contribuem para a elevada taxa de reprovação dos/das estudantes.

O estudo desenvolvido por Lopes (2014, p. 18) aponta que nos períodos entre “[...] 2005/2006 e 2009/2010, a taxa de conclusão escolar para os níveis do ensino básico e secundário apresentou evolução. A nível do ensino básico de 48% para 52,44% – 62%, e no

ensino secundário evoluiu de 17% para 22%. O que significa que houve aumento no número de pessoas que conseguiram o acesso à escola.

A educação na Guiné-Bissau é um direito de todos/as garantida pela Constituição da República que em seu Art. 49 estabelece que todos os cidadãos tenham o direito à educação e determina a promoção gradual da gratuidade e da igualdade de acesso a todos os cidadãos aos diversos graus do ensino. Além disso, o país tem a Lei de Base da Educação – LEI nº 4/2011, aprovada pela Assembleia Nacional Popular em 2010, a qual assegurou a organização do sistema educativo do país, definindo os princípios, objetivos e estrutura, regulamentando desta forma, a educação pública e privada.

A distribuição dos níveis escolares no ensino básico, baseia-se na organização proposta pela LBSE (2011), equivalendo a (9) anos de escolaridade e pela Lei da Carreira Docente. Mendes (2019, p. 133), ilustra esta organização, conforme apresentamos a seguir:

1º Ciclo: do 1º ano ao 4ºano de escolaridade; 2º Ciclo: 5ºano e 6ºano de escolaridade; 3º Ciclo: do 7º ano ao 9ºano de escolaridade.
--

Ainda o Art. 13.º, alínea 2 e 3 - define a idade oficial de ingresso no ensino básico para seis anos feitos até 1 de outubro, podendo as crianças que completem seis anos entre 2 de outubro a 31 de dezembro ingressarem no sistema mediante o requerimento do Encarregado de Educação.

Com as transformações sociais, políticas e o desenvolvimento tecnológico, se fazia necessário adequar a educação à nova era, para melhor pensar no desenvolvimento de uma educação de qualidade, melhorar sua estrutura, elaborar planos estratégicos, investir na formação dos professores e técnicos da área, descentralizar a educação da capital Bissau, para outras regiões, setores e secções (municípios) do país, assim como a criação de novas escolas.

Dito isso, Si (2021) aponta as falhas que levam um sistema de ensino a enfrentar problemas, sendo que o principal refere-se a um plano estratégico de educação a longo prazo, pois sem este planejamento, torna-se impossível pensar num desenvolvimento de ensino em qualquer que seja país. O autor enfatiza que embora sejam elaborados programas estratégicos para o sistema educativo guineense, o problema está nas constantes mudanças dos corpos governamentais. Pontua ainda a necessidade de políticas públicas para permanência de

estudantes na rede escolar, com vistas a minimizar problemas associados a evasão escolar, que não pode ser vista apenas como parte de problemas dos/das estudantes, mas também a estrutura e o funcionamento das instituições de ensino.

A mesma ideia foi defendida pelo Sampa (2015), ao afirmar que garantir a educação para todos independentemente de gênero classe social, é dever de quem governa; elaborar políticas que possam promover gradualmente o acesso a uma educação pública de qualidade e gratuita a todos os cidadãos em diversos graus de ensino, principalmente para aqueles que se encontram em condições de difícil acesso, os que estão em maior desvantagem de ter acesso a esse bem precioso que é a educação.

Na percepção de Furtado (2005, p. 7), a evasão escolar é um fenômeno que não depende somente de condições do/a estudante, mas também da própria estrutura organizativa da instituição, sobretudo quando não consegue responder aos seus anseios. A escassez que se encontra no setor educativo da Guiné-Bissau, não só decorre das fragilidades políticas, mas também pela maneira com que tem sido organizada a estrutura educativa que não condiz com a realidade social, cultural e econômica do país.

Por outro lado, Tavares (2009) evidencia a ausência da língua crioula no currículo escolar, como um outro indicativo que fragiliza o ensino guineense. Para a autora, é necessário organizar os currículos escolares respeitando a realidade social e cultural de cada país, a partir de conteúdos como: história, geografia e língua materna, nesse caso o Crioulo e demais aspectos referentes a realidade local que devem ser contemplados.

Apesar das muitas dificuldades e da escassez de recursos, houve a preocupação e a tentativa dos governantes em organizar a educação do país. Assim, foram criados alguns projetos que ajudam a organizar o setor educativo. Porém para uma qualidade da organização educacional guineense, era necessário que houvesse a continuidade destes projetos. Entretanto, as mudanças sucessivas dos governos, geram constantes instabilidades política, econômica e social. O que torna o país e o setor mais vulneráveis, e condiciona o bloqueio dos recursos financeiros pelos parceiros internacionais.

Torna-se necessário que o sistema educativo tenha uma gestão democrática e participativa, voltada para os recursos humanos. Muitas decisões são tomadas sem consultar os pais e encarregados da educação, sem a participação da comunidade na gestão. O que é fundamental para a melhoria e a qualidade da educação ofertada pela escola. O acompanhamento e a participação da comunidade no que diz respeito à construção de um projeto pedagógico democrático que considere a família como agente social com direito de acompanhar o processo formativo da/o estudante. Uma gestão em que a comunidade seja

parceira da escola e participe colaborativamente das decisões, em prol do desenvolvimento do sistema educativo.

O Governo Guineense deve pensar em solucionar os problemas da evasão e abandono de estudantes, criando políticas públicas para resolução do problema. Nesse sentido, é necessário investir nos recursos humanos, formando quadro de professores e técnicos da educação por meio de concursos públicos, melhorar as estruturas das escolas, criar parceria com Programas de desenvolvimento educacional e escolar, dando condições para estudantes que moram nas localidades distantes.

3.1 A ZONA RURAL DE GUINÉ BISSAU

A República da Guiné-Bissau é um país da África ocidental de clima tropical quente e úmido, que faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné-Conacri ao sul e leste, e a oeste é banhado pelo oceano atlântico. O país conta com uma superfície total de 36.125 quilômetros quadrados de área, cujo número da população é estimado em 1,921 milhões (2019), segundo os dados publicados pelo Banco Mundial.

A Guiné-Bissau é dividida em regiões, sectores e secções, que são as suas divisões político-administrativas. As regiões são divididas em setores, e estes em seções, que são compostas por tabancas, ou seja, aldeias, tem 08 regiões, 1 setor autónomo 36 seções. Também conta com uma diversidade étnica e multicultural quase mais de 50 etnias, além disso é um estado laico onde cada um é livre de escolher sua forma de professar sua fé, em diferentes religiões.

Figura 1 - Mapa das Regiões de Guiné-Bissau



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

De acordo com (Morgado; Poças; Santos, 2017), trata-se de um pequeno estado com “características muito próprias”, poucos recursos financeiros, o que torna a economia vulnerável e dependente de financiamento externo, diante das grandes despesas administrativas. Os poucos recursos que deveriam ser destinados ao setor educativo, acabam não sendo gerenciados de forma correta, sobretudo para a zona rural, a qual é completamente esquecida pelo governo.

A maior parte da população da zona rural guineense, vive da agricultura para garantir o sustento familiar e também como forma de reduzir a pobreza. Para jovens com idade de frequentar a escola, se torna ainda mais complicado, uma vez que se deparam com o desafio da necessidade de ajudar os pais no trabalho do campo e a disponibilidade para os estudos. Por outro lado, muitas crianças não frequentam a escola, em razão das longas distâncias que precisam percorrer das aldeias até chegarem à instituição. Nesse sentido, iniciam os estudos com idade avançada, sofrendo muitas vezes constrangimentos por parte de colegas, além de perderem a motivação para estudar.

Nas zonas rurais da Guiné-Bissau, apenas 67% das crianças acedem à escola e a taxa de conclusão é de 49%. Os mesmos dados do Ministério da Educação Nacional “colocam em evidência o facto de as crianças das famílias mais ricas terem nitidamente mais oportunidades de aceder (83%) e de concluir (66%) o ensino obrigatório do que as crianças das famílias mais pobres (Guiné-Bissau, 2015, p. 16).

Algumas questões acabam dificultando a permanência dos/as estudantes na rede escolar tendo em conta a vulnerabilidade familiar, as políticas ligadas a questão da merenda esco-

lar, posto que muitas crianças e jovens saem de casa sem comer, o que acaba gerando impactos em seu aprendizado. Além das questões culturais, as várias cerimônias de passagem que se realizam no decorrer do ano letivo, e a campanha de comercialização de caju, maior fonte de renda da economia nacional, impactam na continuidade dos estudos de vários/as estudantes, nestes períodos. Morgado, Poças e Santos (2017, p. 67), afirmam que “Numa perspectiva de educação em meio rural, a escola deve ser vista como eixo principal para o desenvolvimento da criança, num sentido mais holístico, como é a necessidade de ensinar a colaborar com os demais, a transmitir o sentido de pertença a um mundo mais amplo”.

3.2 CONHECENDO A REGIÃO DE CACHEU / SECÇÃO DE CÓ

A Zona Rural de Có situa-se geograficamente no norte do país e faz parte da região de Cacheu e setor de Bula, denominação de uma comunidade maior. A localidade é habitada majoritariamente pelos grupos étnicos brames conhecidos como povos mancais, seguida pelos manjacos, balantas, papel e fulas. A maior parte da população vive da pesca, da criação de gado, e especialmente da agricultura, como maior fonte de renda, não só para o sustento familiar, mas também para abastecer o mercado na capital Bissau. Ainda se encontram desafios para exportação dos produtos para mercado nacional, tendo em conta o difícil acesso da estrada.

A distância de tabancas ou aldeias não dá condição de transportar os produtos para a paragem (rodoviária), em função da dificuldade com a pouca disponibilidade de carros para atender as demandas dessas populações. O que é também verificado em outras localidades rurais da Guiné-Bissau, posto que o governo se ausenta dessas questões básicas para o bom desenvolvimento da população que vive no interior. Dados das Nações Unidas (2019) mostram que metade da população mundial vive em zonas rurais. Na Guiné-Bissau, 60% da população vive em meio rural, em condições difíceis de acesso às infraestruturas sociais.

Administrativamente, a comunidade está sob a gestão de um Regulo, selecionado pela linhagem sanguínea, assim como na realização de outros rituais ligados à ancestralidade africana, que também pode ser vista como forma da preservação da identidade cultural desses grupos. O Régulo é escolhido para representar a comunidade, tomando como referência a ancestralidade, com a missão de repassar os conhecimentos e os valores tradicionais para os mais jovens, com vistas a prosperidade da comunidade, bem como para resolver possíveis conflitos de terra, antes das autoridades da soberania serem acionadas. Por outro lado, se realiza rituais de passagem para vida adulta, para os homens são fanados e para as mulheres é

casamento, muitos desses aspectos por outro lado criam impacto para as crianças do que que tange ao abandono escolar e a evasão escolar.

A comunidade de Có tem uma população majoritariamente jovem com idade ativa de frequentar a escola. A primeira escola construída pelos portugueses, recebeu o nome de Internato, ofertando na época, o ensino até a 4ª classe, mas com o advento da guerra, suas atividades foram encerradas. Entretanto, com o passar do tempo e considerando as demandas da comunidade, foi construída uma nova escola no ano 1995, por iniciativa dos moradores e ajuda da UNICEF, para atender a necessidade da população. A instituição recebeu o nome de Joaquim Matam Biague, em homenagem ao patriota e combatente na luta de libertação colonial na Guiné-Bissau, no período de 1963 a 1973.

Dentre os projetos em parceria com o governo, em que escola Joaquim Matam Biague foi contemplada, destacamos o Programa Alimentar Mundial (PAM) que fornece merenda e refeições diárias as/aos estudantes, distribuindo ao final do ano letivo, de acordo a disponibilidade financeira, cestas básicas para auxiliar o sustento das famílias. A UNICEF também colabora, fornecendo material pedagógico básico, para as/os discentes do primeiro ciclo (1º ao 4º ano): livros didáticos, caderno, lápis, mochila, borracha, lápis de cor.

Contudo, cabe destacar que atualmente, em razão da ausência do Estado, a realidade escolar da Região de Cacheu – Seção Có é desafiadora, com o agravamento da situação. Carência de bens de serviço, acesso à informação, pouco desenvolvimento tecnológico, infraestrutura precária, povoamento isolado, falta de saneamento básico que garante qualidade de vida. Uma situação lamentável que levou a comunidade a pedir socorro, para que o governo tome providências.

3.3 EVASÃO ESCOLAR / SEÇÃO CÓ: PERCEPÇÕES DAS/OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Como já afirmado, este estudo de abordagem qualitativa exploratória teve como objetivo principal, investigar os fatores que contribuíram para a evasão escolar na Seção de Có, região de Cacheu, no período de 2006 a 2012. Para tanto nos apoiamos em uma revisão bibliográfica e como técnica de coleta de dados, utilizamos o questionário com questões abertas, apresentadas por escrito a um gestor, um professor e duas estudantes. Foram aplicados dois questionários estrategicamente elaborados: um para os professores e outro para as estudantes, por entendermos que embora as questões fossem voltadas ao tema do estudo,

havia pontos específicos para os/as participantes. A seguir apresentamos o quadro com os dados dos/as participantes:

QUADRO COM PERFIL DOS/DAS PARTICIPANES DA PESQUISA				
Participant e	Idade	Sexo	Escolarização	Profissão
Djata	58 anos	masculino	Bacharel - Educação	Professor / Gestor
Demba	68 anos	masculino	Nível Médio	Professor
Mango	28 anos	feminino	8ª classe	Hortaliça / Estudante
Quade	32 anos	feminino	9ª classe	Agricultora / Estudante

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

Com vistas a preservar as suas identidades, os/as participantes foram identificados pelo último sobrenome. Cabe salientar que todos/as aceitaram participar espontaneamente, assinando o termo de consentimento, tendo em conta o tema do estudo e por serem pessoas da comunidade, as quais desenvolveram suas atividades na Escola - “Seção de Có”, no período de 2006 a 2012, quando também estudei na instituição.

Antes de conhecermos as percepções dos/das participantes, é importante esclarecer que em razão da distância geográfica entre a autora da pesquisa, que se encontra estudando no Brasil, e as/os participantes que residem em Guiné Bissau / Zona de Cacheu, os questionários foram encaminhados via *Whatsapp*. Inicialmente, fiz uma ligação telefônica para meu tio, que reside na comunidade, explicando sobre a pesquisa e as pessoas que eu gostaria que participassem. Perguntei se as estudantes que foram minhas colegas, continuavam na comunidade, e ele confirmou, embora tenha sinalizado que elas não estão estudando no momento. Assim, solicitei que ele adquirisse ‘o mega’ para acesso à internet, uma vez que na região há uma dificuldade com os recursos tecnológicos, e eu pretendia falar com cada um/a através de vídeo chamada. Não só para explicar sobre a pesquisa, como também pela oportunidade de ter o contato, ainda que a distância, especialmente com as meninas que estudaram comigo.

Cabe destacar que em função do período da Campanha de Caju, que envolve toda a comunidade na atividade da colheita, tive uma certa dificuldade em ter contato com todos/as, para orientar o preenchimento dos questionários. Desta forma, meu tio ficou encarregado de

reuni-los em data e local previamente acordados, e os instrumentos foram aplicados, sendo posteriormente escaneados e enviados para mim, alguns por e-mail e outros por Whatzapp.

Após a leitura dos questionários, procedemos a discussão dos dados, agrupados em duas unidades de análise, conforme apresentadas a seguir:

PERCEPÇÕES DO GESTOR E DO PROFESSOR

De acordo com Lino Ellen (2020), a escola tem a função social de promover o acesso ao conhecimento mais estruturado, dando condições para que os/as estudantes possam desenvolver potencialidades, ampliar e produzir novos conhecimentos, e contribuir para a emancipação humana. Nesta perspectiva, ao se referir ao papel da escola frente a sociedade, o Professor -Gestor Djata, respondeu: *“combater o analfabetismo, permitir o acompanhamento da evolução interna do país e mundial, conhecer a balança na passagem dos produtos agrícolas (castanha de Caju) e evitar de não saber assinar nos documentos”*. É notório que o combate ao analfabetismo, contribuirá para a formação do/a estudante, proporcionando o acesso a conhecimentos mais sistematizados, que lhe deem condições de desenvolver as suas habilidades sociais, emocionais e cognitivas, promovendo a socialização, e conscientização com um olhar crítico sobre o meio onde está inserido, bem como dos acontecimentos sociais.

A gestão escolar é responsável pela construção de um ambiente acolhedor, inclusivo e motivador, dando condições para que as/os discentes permaneçam e concluam seu percurso escolar. Entretanto, a evasão é um dos grandes desafios enfrentados, e neste sentido, Djata sinaliza de que forma lida com a situação: *“[...] os estudantes que se matriculam e não terminam o curso, chamo-os e explico sobre a importância da escola, dando-lhes exemplos das pessoas com altos cargos ou funções que conhecem. Assim, a maioria volta no ano seguinte”*. São diversos os motivos que levam a evasão, considerando a realidade da/o estudante: situação financeira, gravidez, questões familiares, dificuldades de aprendizagem, vulnerabilidade social, dentre outros... E diante destas situações, o diálogo é fundamental para a reflexão sobre a realidade, com vistas a uma tomada de decisão futura.

Para o Professor Demba, *“A evasão escolar é o abandono das alunas no sistema de aprendizagem. Traz grandes perdas no aproveitamento e rendimento escolar”*. Na Comunidade de Có, são vários os fatores associados a desigualdade e dificuldades vivenciadas pelos/as estudantes, que muitas vezes acabam desistindo da escola. O docente sinaliza que *“o analfabetismo e o atraso na preparação do futuro de estudante”* são as

principais consequências da evasão. A diferença de classe social gera disparidades profundas, reflete no fracasso escolar, atraso no desenvolvimento social, culminando na produção das desigualdades. É necessário que a instituição escolar crie políticas de acolhimento para estudantes, buscando estratégias de trabalho que proporcionem a todos e todas uma aprendizagem de qualidade.

Quanto aos motivos mais recorrentes de evasão escolar no período de 2006 a 2012, Djata e Demba tem consenso e pontuam: “[...] a colheita de caju, na época da campanha. Também o distanciamento da tabanca³ da escola, falta de material didático e meios”. Para eles esta realidade é muito presente na escola, especialmente no período da colheita e da campanha de comercialização de caju. A região de Cói é uma das maiores produtoras do fruto, e todos/as os/ membros/as das famílias se organizam para trabalhar. Cabe lembrar que as famílias que vivem nas localidades rurais na região de Cacheu, a maioria depende de trabalhos de campo para geração de renda, e sobretudo nesse período onde é necessário um maior número de pessoas para trabalhar na recolha de castanha. As crianças e os jovens ajudam na extração do caju, na maioria das vezes no horário escolar; e quando tem a oportunidade de irem para a escola, são vencidos pelo desestímulo provocado pelo cansaço.

Além disso, o distanciamento das aldeias para a escola e a falta de transporte contribui para que as/os estudantes da comunidade caminhem muitos quilômetros todos os dias, e cheguem exaustos/as e com fome à sala de aula, não tendo sequer um lanche para merendar. Estas dificuldades acabam afetando seus processos de escolarização, e colocam em risco a continuidade dos estudos. Neste sentido, Filho e Araújo (2017, p. 40) assinalam que “[...] os alunos de nível socioeconômico mais baixo têm um menor índice de rendimento, portanto são mais propensos à evasão”. Também é necessário a criação de políticas de engajamento que motivem estudantes, profissionais da educação, inclusive a família, para que possam fazer intervenções urgentes junto a sociedade e ao governo, em prol de uma educação de qualidade para toas as pessoas.

Em uma perspectiva democrática, a gestão e toda a equipe é responsável por criar um ambiente escolar acolhedor, inclusivo e motivador que incentive a permanência dos/as estudantes, contribuindo desta forma, para minimizar os efeitos externos que provocam a evasão. Neste sentido, os professores sinalizam algumas estratégias que devem ser aplicadas:

³ Trata-se de uma expressão africana (Guiné-Bissau), porém incorporada a português que significa Vila, aldeia ou interior. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/tabanca/6586/>

[...] fazer reunião com os membros de comissão de gestão escolar (C.G.E) e associação dos pais e encarregados de educação (A.P.E.E) várias vezes; deslocação para tabanca, fazendo sensibilização, de casa em casa em colaboração com responsáveis, sem minimizar qualquer pessoa (Djata).

O professor pode desenvolver ações pedagógicas voltadas a sensibilização dos alunos, pais e encarregados de educação. Pode também em suas aulas, usar métodos apropriados que favorecem a aprendizagem dos alunos e um bom comportamento (Demba).

Observamos a importância e a necessidade da articulação entre a gestão da escola, família e especialistas em educação, com vistas a garantir a permanência dos/as estudantes na instituição, contribuindo desta forma com o seu processo formativo e o seu bem-estar. Nesse sentido, Filho e Araujo (2017, p. 44) “[...] ressaltam que para a amenização de alguns problemas referentes à evasão, é necessária uma ação firme dos poderes públicos, principalmente em relação aos gestores escolares, que precisam assegurar um bom ensino e aprendizagem”. No âmbito pedagógico, a escola deve pensar em propostas diferenciadas para os/as estudantes, realizando aulas de campo possibilitando o contato com a realidade que se discute na teoria, isso vão lhes fazer interessar e pelo conteúdo.

Criar possibilidades de interação, de autonomia para que as/os estudantes possam propor, sugerir e construir aprendizagens de forma coletiva e que se sintam capazes. Por outro lado, a escola deve realizar reuniões com professores/as e responsáveis para um melhor acompanhamento dos educandos, isso pode ser adequado para minimizar o número da evasão e abandono escolar.

Na visão dos professores, a evasão escolar pode influenciar na vida e no futuro das/dos estudantes, trazendo prejuízo pessoal e social. A este respeito, Demba afirma que “*Nós sabemos que a escola é a base fundamental do desenvolvimento humano, então a pessoa que não estuda na vida atual e seu futuro fica bloqueado ou limitado*”. A escola desempenha um papel fundamental na formação do futuro de uma pessoa, fornecendo o conhecimento, as habilidades e a cultura necessárias para o desenvolvimento pessoal e profissional, além de contribuir para a formação de cidadãos conscientes e engajados.

PERCEPÇÕES DAS ESTUDANTES

Compreendemos a importância da escola rural como um espaço de socialização e formação para crianças e jovens, bem como das diversas situações e dificuldades com as quais se deparam, que por vezes podem comprometer seu desempenho e rendimento escolar. Ao se

referirem aos desafios enfrentados quando cursaram o ensino básico unificado de Có, as estudantes responderam: “[...] quando eu era estudante no Ensino Básico Unificado de Có, os desafios foram: falta de vestuário e apoio moral, não tinha materiais didáticos...” (Estudante Mango). “[...] a falta dos materiais didáticos, de alimentação, de vestuário e apoio moral, distância de tabanca à escola” (Estudante Quade).

Os fatores apontados decorrem especialmente da situação de vulnerabilidade socioeconômica e da condição em que vivem as famílias; além da ausência de recursos para manutenção das escolas com instalações precárias e estrutura pedagógica deficitária. Mas, mesmo diante de tantas dificuldades e carência de materiais pedagógicos, as estudantes avaliam que o ensino ofertado na Secção de Có é muito bom, principalmente por possibilitar a aprendizagem da leitura, da escrita e do exercício de falar a língua portuguesa, para a melhor compreensão dos conteúdos abordados.

Por outro lado, é necessário pautar para o que está sendo ensinado, que tenha uma conexão com sua realidade cultural e social, porque a língua vinculada ao sistema de ensino guineense é uma língua do colonizador que não dá conta da nossa realidade, sobretudo quando se refere a educação familiar, que acontece desde nascimento, na família, comunidade e no dia a dia.

Sobre o ensino ofertado na comunidade “Secção de Có”, as estudantes avaliam positivamente e afirmam ser muito bom pois possibilita ler, escrever e falar a língua portuguesa para entenderem a matéria, os conteúdos abordados, além de dar condições para enfrentarem os desafios acadêmicos. Contudo, sinalizam a ausência dos pais na escola e a falta de incentivo por parte deles, assim como a dificuldade de deslocamento em razão da distância, como uma das barreiras que dificulta os seus estudos.

Dentre os vários aspectos que precisam ser considerados e que podem motivar a evasão escolar, é a forma como o/a professor/a conduz as aulas, trabalha com os conteúdos. E isto faz toda a diferença pois pode gerar dificuldades de compreensão, bem como o desestímulo com as atividades. Neste sentido, as estudantes compartilharam do entendimento sobre a metodologia aplicada pelo/a professor/a. “[...] o professor utilizava o método ativo. Ele ia fazendo as perguntas e nós respondíamos, participando da aula para compreender bem os conteúdos ministrados. Depois tinha correções de algumas falhas” (Estudantes Mango e Quade). A metodologia aplicada para desenvolver as atividades da aula, era o método ativo tradicional onde o professor indaga as/os estudantes por meio de atividades, com perguntas e respostas.

É importante sinalizar que nesta metodologia, a intenção é de memorização dos

conteúdos de forma mecânica, não possibilitando que as/os discentes construam o conhecimento crítico emancipador. Há portanto, a necessidade urgente de se revisitar as práticas pedagógicas e adequá-las as necessidades reais da turma, para que ocorra uma aprendizagem significativa para esses sujeitos.

Mesmo diante deste contexto, as discentes consideram ter um desempenho escolar razoável, uma vez que “[...] *quando era estudante da Seção Có, era razoável porque não chumbei (não reprovar) até concluir o 2º ciclo a média que eu apanhava era de doze, treze e catorze*” (Estudante Quade). “[...] *Meu desempenho escolar, porque não reprovei nenhum ano, até quando concluí o 2º ciclo, sempre com média de doze, treze e catorze*” (Estudante Mango). Observamos que há um esforço implícito que se revela em médias consideradas altas pelo sistema de ensino, e desta forma, em nenhum ano letivo sofreram reprovações.

Ainda que por razões adversas, já sinalizadas pelas estudantes, retomar os estudos após evadirem da escola, nem sempre foi confortável para as estudantes, uma vez que se sentiam muitas vezes discriminadas e envergonhadas, como podemos constatar nos relatos: “[...] *Conseguí retornar aos estudos após a evadir da escola, e me senti muito mal. Perdi um ano escolar, os meus colegas do mesmo nível transitaram de classe e eu fiquei muito mal e desmoralizada*” (Estudante Quade)”. “[...] *Conseguí me retornar a estudar após evadir, os meus colegas do mesmo nível transitaram e eu fiquei* (Estudante Mango)”.

Para Ceratti (2008, p. 28), a rede escolar tem um compromisso com as/os estudantes e deve criar condições para que não evadam, pensar em medidas para mantê-los na escola antes de abandonarem. Neste sentido, aponta as seguintes sugestões: “Entrar em contato por telefone, envio de recados, visita as/aos estudantes evadidos e a seus familiares para buscarem soluções juntos. Criar um grupo para planejamento de diversas atividades, para que as/os estudantes compartilhem aprendizagens de forma colaborativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática de abandono escolar ainda é um fator frequente na sociedade guineense, sobretudo no interior do país, o que acaba comprometendo a vida pessoal das/os estudantes e o desenvolvimento da sociedade, elevando a desigualdade social do país. A realidade política e econômica enfrentada pela população guineense, reflete nas suas condições de vida, que abala os setores de saúde, de educação e saneamento básico. A falta de condições e precarização das prestações de serviços básicos, causadas pela má administração

dos recursos destinados para resolução desses problemas, faz com que o quadro continue se agravando, especialmente nas zonas rurais que passam por enormes dificuldades de manutenção, sobrevivência e transportes.

A Comunidade de Có carece de vários serviços e no que se refere a educação, enfrenta grandes desafios que merecem atenção do estado, do governo e da sociedade para que possam colaborar efetivamente para reduzir o número de casos de evasão escolar. Fatores como a gravidez precoce que afeta a vida de adolescentes e jovens que ainda estão na idade escolar, assim como a Campanha do Caju na época da colheita e o distanciamento para as escolas, são mencionados pelos/as participantes como motivadores desta situação na comunidade de Có.

A mediação dos pais e responsáveis é importante no processo de acompanhamento escolar, visto que a família é a base principal para colaboração no desenvolvimento integral do/a estudante, também é responsável para garantir uma educação bem sucedida aos/as filhos/as. Para isso, é importante que cumpram com as suas responsabilidades de educar, orientar e aconselhar.

Por outro lado, é importante a construção de novos projetos curriculares que m atenção da entidade máxima do país, para que haja a valorização da realidade cultural e social no currículo, trazendo conteúdos vivenciados pelos/as estudantes no planejamento escolar, especialmente a inserção da língua crioulo no ensino da escola. Uma vez que é a nossa língua de comunicação, falada por quase 80% da população guineense, e também é apontada como um fator fundamental para a continuidade dos estudos e permanência no espaço escolar.

É importante que haja estabilidade política governamental na Guiné-Bissau, para que cada governo eleito execute suas propostas voltadas a educação, e estas sejam continuadas, quando há mudanças políticas do governo, conferindo assim para melhor forma organização e bom funcionamento das instituições educativas. Ademias seria relevante ampliar a parceria com países com avanço na educação inclusive no Brasil, como pauta a UNILAB, para promover uma intervenção no que toca a reestruturação do currículo, capacitação dos membros do Ministério da Educação entre outros aspectos que podem contribuir significativamente no avanço do sistema de ensino e no desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Sonia Maria Shima. Fracasso Escolar na Guiné-Bissau: Contribuição da Educação e da Psicologia Brasileira. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em:

<https://legado.anped.org.br/biblioteca/item/fracasso-escolar-na-guine-bissau-contribuicoes-da-educacao-e-da-psicologia>. Acesso em: 17 abr. 2025.

BORJA, Izabel Maria França de Souza; MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira. Evasão escolar: desigualdade e exclusão social. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, vol. 15, nº 23, p. 93-104, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista.liberato.com.br/index.php/revista/article/view/207>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Censo Escolar de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar**: causas e consequências. Curitiba/PR, 2008.

FILHO, Raimundo B. Silva; ARAÚJO, Ronaldo M. de Lima. Evasão e abandono escolar na Educação Básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em: 15 maio 2025.

FONSECA, João J. Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de Aveiro, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/15561318.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense**: um estudo de caso no campus Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/739>. Acesso em: 4 maio 2025.

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO. LEI n.º 4/2011, de 21 de maio de 2010, publicada no **Boletim Oficial n.º 13**, de 29 de março de 2011. Disponível em: <https://www.unesco.org/education/edurights/media/docs/66ed11bae55d3ab337a6c6d2f0b8a69be4fe5638.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

LINO, Ellen Rízia Oliveira. **A problemática da Evasão Escolar**: uma revisão bibliográfica integrativa. Monografia. PUC Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/728>. Acesso em: 12 maio 2025.

LOPES, Luísa da Silva. A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné-Bissau. **Dissertação de Mestrado**. Departamento de Educação. Universidade de Aveiro, 2014. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/13778/1/A%20LEI%20DE%20BASES%20DO%20SISTEM%20EDUCATIVO%20DA%20GUIN%C3%AB-BISSAU.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2025.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional. **Plano Sectorial da Educação da Guiné-Bissau** (2016- 2025). Bissau: República da Guiné-Bissau, 2015.

MENDES, Vicente Leonel. **(Des) caminhos do sistema de ensino guineense**: avanços, recuos e perspectivas. (Livro UNILAB, Curitiba-Brasil, 2019.

MORGADO, José Carlos; POÇAS, Ana; SANTOS Júlio Gonçalves dos. Bissau: génese de um projeto de investigação. *In*: PACHECO, José A.; MENDES, Geovana Lunardi; VIANA, Isabel C. Viana (Org.). **Currículo, Inclusão e Educação Escolar**. Braga: Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação da Universidade do Minho, 2017. Disponível:

https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/53200/1/Ebook_CIEE_v.27.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

RAMOS, Ednaldo da Silva. **Evasão Escolar**: Uma Violação dos Direitos de meninas e meninos de Escola Pulica da Cidade de Corumbá – MS. 2016.

RISTOFF, D. A. Evasão escolar: um problema ainda não resolvido. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 11-28, jul./dez. 2009.

SAMPA, Pascoal Jorge. **Situação do ensino pública em Guiné-Bissau**: desafios e possibilidades para uma educação de qualidade: Campina Grande, v. 1, n. 4, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2013.

SEMEDO Costa Odete. **Educação como direito**. Bissau: INEP, 2009.

SI, Alfa Umaru. **Abandono escolar precoce na Guiné-Bissau**: um estudo de caso. Mestrado em Administração Escolar. Instituto Universitário de Lisboa, 2021. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/24090/1/master_alfa_umaru_si.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.